



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

22  
2

145

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 191229-8/03**

**EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**

**EMBARGADO: HERIBERTO GUEDES CARNEIRO E OUTRO**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**EMENTA:** Civil e Processual Civil – Embargos de Declaração – Recurso de Agravo – Omissão – Comprovadamente foram analisadas todas as questões colocadas – Prequestionamento – Nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios – Mesmo para efeito de prequestionamento os embargos devem observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC – Recurso conhecido, porém rejeitado – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração de nº 191229-8/03, que têm como embargante UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e embargado HERIBERTO GUEDES CARNEIRO E OUTRO, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer, porém rejeitar os aclaratórios, tudo na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife,

11/12/2005  
  
**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

23  
2

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 191229-8/03

146

EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

EMBARGADO: HERIBERTO GUEDES CARNEIRO E OUTRO

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

**RELATÓRIO:**

O UNIBANCO opôs Embargos de Declaração apontando omissão e prequestionando o julgado proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 191229-8/02.

Alega o embargante da necessidade de que toda matéria posta em sede de discussão e apelação seja devidamente ventilada, considerando o requisito do prequestionamento, essencial ao juízo de admissibilidade.(fls.02/09).

É o Relatório.

Recife,

11/12/2005

**Des. Silvio de Arruda Beltrão**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

24  
2

147

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 191229-8/03**

**EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**

**EMBARGADO: HERIBERTO GUEDES CARNEIRO E OUTRO**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**VOTO:**

Pretende o embargante rediscutir TODA a matéria que foi devidamente tratada no julgado embargado, como se pode concluir da leitura do respectivo acórdão:

*EMENTA: Civil e Processual Civil – Recurso de Agravo – Apelação Cível - Decisão Terminativa – Expurgos Inflacionários de Caderneta de Poupança – Observância de Jurisprudência dominante do STJ - Aplicação do Art. 557 do CPC - Sendo a referida matéria exaustivamente discutida e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, ao se dar seguimento a um recurso de apelação em confronto com sua dominante jurisprudência, estar-se-ia afrontando ao princípio da uniformização da jurisprudência, eternizando-se as discussões meritórias, e contra tal quadro, hoje se insurgem todas as vertentes da sociedade, visto as inúmeras exigências de presteza e agilidade na prestação jurisdicional que chegam ao Poder Judiciário - Recurso não provido – Decisão unânime.*

Como visto, as razões dos presentes embargos não merecem prosperar, pois, o Acórdão, como todos sabem, é composto não só pela ementa, somam-se os Relatórios, Votos e discussões, caso existentes. Portanto, apreciando as fls.25/37 do Recurso de Agravo embargado, se terá uma visão completa do julgamento.

Não há, portanto, omissão, contradição, ou obscuridade a ser sanada. Conforme jurisprudência desta corte, mesmo que os Embargos de Declaração pretendam prequestionar a matéria, deve-se observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC:



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão**

25  
L  
148

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE ADMITE AÇÃO DIRETA DA VÍTIMA CONTRA SEGURADORA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS IMPROVIDOS. UNÂNIMIDADE. - Embargos declaratórios não se prestam a adequar a decisão ao entendimento do embargante. E mesmo quando visem ao prequestionamento, não podem ultrapassar os contornos do art. 535 do CPC. - Embargos improvidos. Unanimidade". (Embargos de Declaração nº 75259-4/01, Relator do Acórdão: Des. José Fernandes, Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível, Publicação: Nº DJ: 199 Data da Publicação: 21/10/2003).

No mesmo sentido, entre tantos, os seguintes arestos: Embargos de Declaração nº 162193-8/02; Embargos de Declaração nº 163499-9/02; Embargos de Declaração nº 151476-5/0; Embargos de Declaração nº 49519-2/01.

Pelo exposto, e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, rejeito os presentes embargos.

É como voto.

Recife,

14/12/2008

**Des. Silvio de Arruda Beltrão**  
Relator